



**REENCONTROS  
NOVOS ESPAÇOS  
OPORTUNIDADES**

**XXXIV SIC** Salão Iniciação Científica

**26 - 30  
SETEMBRO  
CAMPUS CENTRO**

<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2022: SIC - XXXIV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2022
<b>Local</b>	Campus Centro - UFRGS
<b>Título</b>	O solapamento do pluralismo razoável pelos projetos neoliberais sobre direito à educação
<b>Autor</b>	LUCAS PORTO FOPPA
<b>Orientador</b>	PAULO BAPTISTA CARUSO MACDONALD

## **O solapamento do pluralismo razoável pelos projetos neoliberais sobre direito à educação**

**Autor:** Lucas Porto Foppa (UFRGS)

**Orientador:** Paulo Baptista Caruso MacDonald (UFRGS)

### **RESUMO:**

As normas de direito à educação caracterizam este como universal e voltado ao desenvolvimento humano, por meio da comunidade escolar. Entretanto, projetos de lei e de emendas constitucionais procuram colocar a autonomia privada como foco absoluto desse direito, ao permitir, por exemplo, o ensino domiciliar. Nesse sentido, esta pesquisa tenta identificar como tais projetos solapam a ideia de pluralismo razoável. Para responder à questão, contrastou-se a PEC n.º 206/19 e o PL n.º 2.401/19 com as teorias contemporâneas de direito à educação. Abordou-se o direito à educação sob a ótica do regime público (Fernando Átria e Martha Nussbaum), para se compreender o conteúdo constitucional desse direito. Os resultados indicam (1) os projetos analisados tomam a educação como uma mercadoria (e não como um direito) que sujeita a uma liberdade absoluta dos responsáveis pelo educando. Assim, (2) adota-se uma irrestrita escolha de escolas e de projetos pedagógicos, permitindo a criação de escolas segregadas e de bolhas sociais. Por sua vez, essas bolhas (3) dificultam a construção do pluralismo razoável, pois enfraquecem o papel que a escola tem na educação para a tolerância e a convivência entre pensamentos diversos. Tratar educação como um bem de propriedade dos responsáveis pelos estudantes e permitir a escolha pedagógica com base na autonomia ilimitada desses responsáveis ou na renda leva a um isolamento social do indivíduo, a partir do ensino domiciliar e de escolas exclusivas que compactuam apenas com a ideologia dos responsáveis pelos discentes. Isso contraria a ideia de direito à educação como um direito social, fundado no convívio com a diferença no âmbito escolar. O direito à educação deveria ensinar as pessoas a viver em sociedades plurais e tolerantes. Assim, deve se resgatar uma noção de educação como direito público, rechaçando aqueles projetos neoliberais, a fim de se manter o estímulo ao pluralismo razoável.